



MR 011. Direitos Humanos, Políticas Públicas e Deficiência

Patrice Schuch (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS) - Coordenador/a, Claudia Lee Williams Fonseca (Professora permanente colaboradora) - Debatedor/a, Anahi Guedes de Mello (UFSC) - Participante, Nádia Elisa Meinerz (Universidade Federal de Alagoas) - Participante, Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP) - Participante

Considerando a importância das categorias discursivas na discussão sobre os direitos humanos, esta mesa redonda privilegia o estudo dos processos de inscrição em políticas públicas de expertises, experiências, categorias, formas de registro, classificações e avaliações de sujeitos e populações relacionados à "deficiência". Seu objetivo geral é a compreensão da vida social das categorias, diagnósticos, projetos e formas de intervenção relacionadas à deficiência, bem como as interseções da deficiência com outros marcadores da diferença, tais como gênero, classe e/ou raça e etnia. No âmbito das problemáticas que relacionam ciência, poder, Estado e lutas sociais, acreditamos que tais problemáticas mobilizam um conjunto amplo e heterogêneo de proposições estatais, científicas e morais pouco homogêneas, que nos interessa debater. O intuito desta mesa redonda compreender as maneiras em que tais construções acabam se expressando em categorias de políticas públicas, assim como em formas de registro, classificações e avaliações burocráticas, permitindo a promoção e proteção de direitos de determinados sujeitos, mas também eventualmente inviabilizando-os para outros. Arguindo por uma concepção performativa dos direitos, esta mesa redonda pode contribuir especificamente nas reflexões sobre as formas de institucionalização dos direitos humanos das pessoas com deficiência e suas formas de expansão pelas lutas sociais.

O gênero da zika e a urgência por políticas do cuidado

Autoria: Anahi Guedes de Mello

O aumento de casos em 2015 de bebês nascidos com microcefalia associada à síndrome congênita da zika no Nordeste, levou o governo federal a decretar estado de emergência nacional em saúde pública. A Anis, atenta à epidemia do vírus zika, articulou uma ação judicial junto ao STF sobre planejamento familiar, proteção à maternidade e à infância, proposta pela Associação Nacional de Defensores Públicos. Com um conjunto de medidas de proteção social e de cuidados específicos em saúde para mães e suas crianças, bem como a possibilidade de que as mulheres grávidas infectadas e em sofrimento mental possam escolher interromper a gestação, a ação desvelou não só tensões entre feminismo e deficiência, como também uma lacuna nas políticas da deficiência no que tange ao cuidado. O objetivo é discutir as diferenças que se forjam nos debates sobre cuidado, autonomia e independência em torno do tema.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**